

EDUCAÇÃO

SP terá adicional de R\$ 621 milhões para ensino

Governo federal estima que R\$ 2,4 bilhões mudem de dono com decisão de investir mais no 1.º grau

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA – Cerca de R\$ 2,4 bilhões vão mudar de dono com o novo sistema de distribuição de verbas para educação, criado para premiar Estados e municípios que investem no ensino de 1.º grau. Responsável por 80% da rede primária no Estado, o governo de São Paulo, por exemplo, terá para 1998 um adicional de R\$ 621 milhões, transferidos de municípios que não aplicam no ensino fundamental. “O aluno, que só era visto como um ônus para os governantes, agora vai ser uma garantia de receita”, afirma o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE), José Carletti.

O novo sistema entra em funcionamento no dia 1.º de janeiro, com a aplicação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Constituído por parte da receita de Estados e municípios, o fundo redistribui verba para governadores e prefeitos, conforme o número de estudantes matriculados.

Segundo calcula o Ministério da Educação, o total da aplicação em 1.º grau alcançará R\$ 13,8 bilhões no próximo ano. Por lei, as transferências têm de garantir em 1998 a aplicação mínima de R\$ 315,00 por aluno. Sessenta por cento dos recursos serão usados para aumentar o salário do professor.

No Pará, que se antecipou e desde julho vem aplicando as regras do fundo, já houve melhoria salarial, ainda que muito tímida. Em Santarém, os professores que ganhavam um salário mínimo tiveram um aumento em forma de abono de 67% e passaram a receber R\$ 200,00.

“Na matemática do fundo, ganham o aluno, o professor e os administradores que, de fato, investem no ensino fundamental”, afirma o ministro Paulo Renato Souza. Segundo ele, é inadmissível que municípios ricos, como São Bernardo do Campo, em São Paulo, não tenham nem sequer um estudante de 1.º grau.

O levantamento do MEC, obtido pelo **Estado**, mostra que o fundo obrigará São Bernardo a transferir para o Estado R\$ 42 milhões em receitas. O mesmo vai ocorrer com Santo André (R\$ 16 milhões) e com a maioria dos municípios paulistanos. Os valores ainda podem ser alterados com a revisão dos dados do censo de matrículas 1997.

Transferência – Na contabilidade do novo fundo, os casos de transferência de dinheiro de municípios para os Estados são minoria. Vinte Estados transferirão dinheiro para os municípios. “Não podemos ficar advogando a estadualização do ensino fundamental, mesmo que isso signifique algum prejuízo aos Estados”, sustenta Paulo Renato. Ele enfrenta pressões de governadores de base de apoio do governo contrários ao fundo, como o do Rio, Marcello Alencar, e do Rio Grande do Sul, Antônio Brito.

O Estado do Rio de Janeiro vai transferir R\$ 330 milhões para os municípios, e o Rio Grande do Sul, R\$ 66 milhões. “Não estamos preocupados com questões de finanças estaduais, mas sim em garantir recursos para quem realmente investe em educação”, afirma o presidente do FNDE.

Chegou a ser discutida no governo a possibilidade de compensar as perdas provocadas no primeiro ano de fundo com facilidades na rolagem das dívidas estaduais. O governo arquivou a idéia. “O fundo é lei e vai entrar em vigor na data prevista”, diz Paulo Renato, que não pretende se envolver na discussão de medidas compensatórias.

A matemática do fundo foi desenvolvida pelo governo federal, que, embora participe com apenas R\$ 510 milhões, espera colher os dividendos políticos da adoção da medida em um ano eleitoral. O MEC só vai aplicar recursos federais quando a soma de receitas de Estados e municípios não for suficiente para garantir a aplicação mínima por aluno, o que vai ocorrer no Pará, na Bahia, no Ceará, no Maranhão, na Paraíba, em Pernambuco e no Piauí.